

Este boletim é uma publicação da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg.

ENTREVISTA

Bolsa Família deveria facilitar acesso de beneficiários ao mercado financeiro

Marcelo Neri

Economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)

Especialista em distribuição de renda, o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, falou à Carta do Seguro sobre o reingresso de milhões de brasileiros no Bolsa Família. Para ele, o programa é o “principal atalho” para combater a pobreza no país, e é saudável que sirva para amenizar a perda de renda em momentos de crise.

1. Quase 950 mil famílias que haviam saído do Bolsa Família reingressaram no programa nos últimos dois anos, sendo 520 mil só em 2016. O que explica esse movimento? O reingresso deve continuar este ano?

A última Pnad, de 2015, mostra queda média de 7% na renda do brasileiro em relação a 2014. Houve perda em quase todas as faixas, mas ela foi maior, de 14%, entre os 5% mais pobres, estrato aonde o Bolsa Família chega com mais força. Houve vários fatores, como recessão, inflação alta e desemprego, mas sobretudo o congelamento nominal do Bolsa Família no início de 2015. É importante que o benefício pelo menos acompanhe a inflação. E não é só por justiça social: o Bolsa Família provoca um giro mais forte na economia. Cada real de reajuste no programa tem impacto de 1,78% no PIB, enquanto cada real de reajuste na Previdência gera impacto de 0,52%. Então o Bolsa Família existe por razões macroeconômicas também. Em 2015, o reajuste do salário mínimo gerou um custo muito maior do que a poupança feita ao não reajustar o Bolsa Família. Dar reajuste aos mais pobres gera um efeito agregado melhor; aumenta a demanda. Já o reingresso deve continuar, e é saudável que o programa tenha esse papel de redução da perda da renda.

2. Programas como o Bolsa Família são o mecanismo mais eficiente para combater a desigualdade de renda?

São só o começo. Há toda uma agenda de inclusão financeira por via do programa que é pouco trilhada no Brasil e da qual o setor privado deveria participar. O Bolsa Família não é o único caminho para combater a pobreza, mas é o mais bem focalizado e o principal atalho. E pode ser turbinado de várias maneiras. Uma delas seria o acesso a mercados financeiros. Os beneficiários têm mais acesso a contas correntes e de poupança que os não beneficiários em condições iguais de renda. Eles fazem isso quase acidentalmente, mas seria melhor algo intencional, com a oferta de serviços financeiros: consignação, incentivo à poupança, planos de previdência, sempre com participação do setor privado. No Brasil, ainda não aprendemos a força de os pobres fazerem sua autodefesa contra as instabilidades.

3. O atual governo vem propondo diversas reformas, como a previdenciária. Essas medidas ajudam a combater a má distribuição de renda no país?

As boas reformas, sim. No caso da Previdência, sinto falta apenas de uma proposta de transição do regime de partição para um regime de capitalização. Mas a reforma tem o grande mérito de endereçar um problema importante para as finanças públicas e para o bem-estar geral da nação. Uma boa reforma da Previdência é boa por razões macro, como reduzir o déficit público e gerar estabilidade fiscal, e também por justiça social.

EDITORIAL

Marcio Serôa de Araujo Coriolano
Presidente da CNseg



Mercado continua crescendo, com os mesmos motores

O ano começou com resultados auspiciosos para o mercado de seguros, conforme nossa expectativa de que 2017 iniciaria trazendo novo gás para o setor. Em fevereiro, o crescimento nominal do mercado, no acumulado em 12 meses, foi de 10,63% em relação a igual período de 2016. O que chama a atenção é que o setor vem, consistentemente, acelerando sua expansão. A arrecadação em 12 meses atingiu R\$ 244,4 bilhões, relativos ao desempenho das carteiras de seguros gerais, vida, previdência complementar aberta e capitalização.

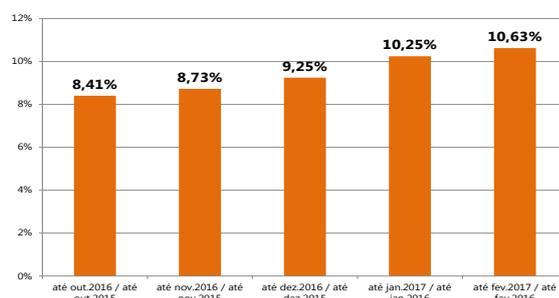
Os ramos que contribuíram para o crescimento em 2016 são os mesmos que impactaram o mês de fevereiro, no acumulado de 12 meses. Os seguros de pessoas continuam os grandes propulsores do mercado. Os planos de risco individual tiveram taxa elevada, de 26,84%. O VGBl manteve aumento expressivo: 25,49%. Outros destaques foram crédito e garantia (20,73%), seguro rural (18,11%) e habitacional (11,01%). Na outra ponta continuam o seguro de automóvel (-1,30%) e a capitalização (-2,57%).

Esses dados apontam para a manutenção das nossas expectativas. Até agora, não há nada no radar que possa mudar, estruturalmente, a economia no primeiro semestre, apenas no segundo. Para o final do ano, calculamos um crescimento nominal do mercado de seguros entre 9% e 11%.

Nesta edição, trazemos ainda uma entrevista com o economista Marcelo Neri, especialista em distribuição de renda, que analisa o retorno de milhares de brasileiros ao Bolsa Família.

Boa leitura!

**CRESCIMENTO NOMINAL EM 12 MESES
(MERCADO SEM SAÚDE SUPLEMENTAR)**



por Lauro Faria

Economista da Escola Nacional de Seguros

A Susep divulgou recentemente os dados do primeiro bimestre de 2017, de modo que já é possível ter uma boa visão do que se passa no mercado de seguros no ano em curso. A ANS, por sua vez, ainda não divulgou os dados do acumulado de 2016. Os produtos de seguros, previdência complementar aberta e capitalização tiveram arrecadação total de R\$ 37,5 bilhões, valor 15,6% superior ao dado do primeiro bimestre de 2016 e em linha com o ritmo de crescimento verificado no último trimestre de 2016.

Como tem ocorrido ultimamente, o grande destaque foram os aportes ao VGBL, que somaram R\$ 16,1 bilhões, um acréscimo de 40,4% frente ao mesmo período de 2016. É de se notar também a reação positiva do grupo de produtos de risco dos seguros de pessoas, cujos prêmios somaram R\$ 5,1 bilhões (+11,9% sobre o primeiro bimestre de 2016), sendo destaque nesse grupo o seguro prestamista, que obteve prêmios de R\$ 1,4 bilhão, com uma taxa de acréscimo em 12 meses de 34,5%.

Os seguros gerais continuaram em queda, com prêmios diretos de R\$ 11,4 bilhões no primeiro bimestre de 2017 e variação de -1,2% ante o mesmo período de 2016. Há que notar, contudo, ser esse resultado fortemente condicionado pela queda de 37% do prêmio do DPVAT (segundo ramo mais importante do grupo) determinada administrativamente pelo CNSP. Sem contar o DPVAT, o grupo de seguros gerais teve boa recuperação, com arrecadação de R\$ 9,6 bilhões e crescimento de 5,9% sobre o primeiro bimestre de 2016. No grupo, houve acréscimos importantes de prêmios de seguros de linhas financeiras e garantia de obrigações (+38,1% em 12 meses) e rural (+80,6% em 12 meses). Os aportes aos títulos de capitalização se mantiveram praticamente estáveis no bimestre janeiro/fevereiro de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016, o que não deixa de ser bom resultado, depois de seguidos períodos de decréscimo.

Os dados de arrecadação indicam, assim, que o mercado de seguros, previdência aberta e capitalização acompanha a relativa melhora da economia nacional que se observa desde fins do ano passado. Juros, câmbio e inflação caíram, e os dados de produção mostraram ritmo bem menor de redução. Desse modo, as expectativas apuradas pelo Banco Central para 2017 apontam para uma inflação abaixo da meta de 4,5%, crescimento do PIB real de 0,48% e crescimento da produção industrial de 1,22%. Em particular, essas expectativas parecem ratificadas pela recuperação dos prêmios de seguro prestamista, que, como se sabe, pela própria natureza, está ligado à expansão das vendas a crédito. O nível de emprego, porém, deve demorar mais algum tempo para se recuperar.

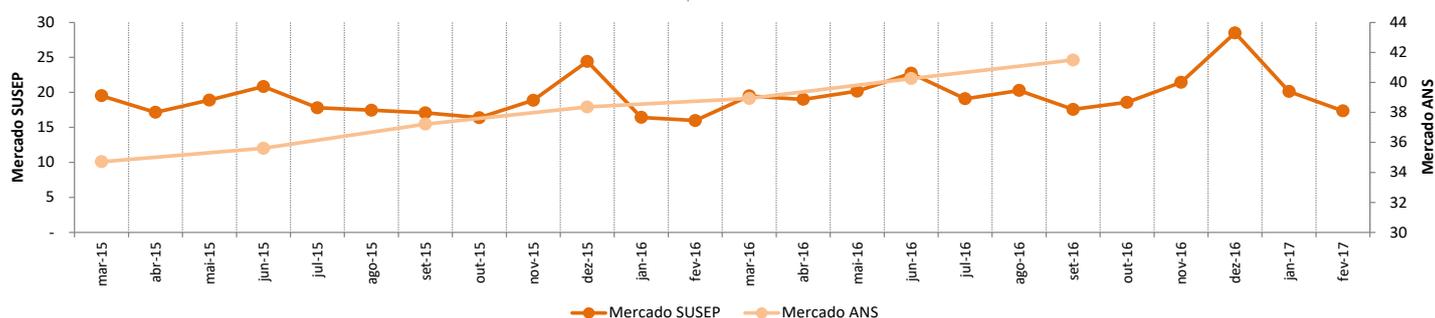
O aumento na arrecadação, entretanto, teve pouco efeito sobre os índices de lucratividade do conjunto das seguradoras. No agregado, a sinistralidade foi de 47,2% no primeiro bimestre de 2016, e o índice de despesas de comercialização, de 27,7%. O resultado financeiro caiu 4,8% sobre igual período de 2016, e o resultado patrimonial, 16,7%. O lucro líquido das seguradoras atingiu 2,8 bilhões, com queda de 6,7% ante o primeiro bimestre de 2016. Com isso, a rentabilidade do patrimônio líquido foi de 3,3% no bimestre (ou 19,7%, se anualizada linearmente).

O destaque regulamentar na virada do ano foi a Resolução 344, pela qual o CNSP fixou as regras e os critérios para estruturação, comercialização e operacionalização de um novo produto _ o Seguro de Vida Universal, que junta cobertura de risco e capital de acumulação. Nesse produto, o segurado pode receber de volta como poupança parte dos prêmios pagos no fim da vigência da apólice, em caso de não ocorrência do sinistro. O produto interessa também por sua natureza de longo prazo, com mínimo de cinco anos de contrato, e pela flexibilidade de prêmios e coberturas, que se torna ainda mais importante em fases de incerteza como a que vivemos. De fato, no mercado brasileiro de seguros de pessoas, faltava um seguro misto com tais características.

Além disso, os grupos de seguros de pessoas e de planos e seguros de saúde podem ter alento adicional em 2017 se for regulamentado o projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados, do VGBL Saúde, que visa a permitir ao segurado complementar a renda de aposentadoria e ajudá-lo nos seus gastos de saúde quando for desligado do plano empresarial por demissão ou por aposentadoria. Os recursos sacados são isentos de Imposto de Renda se utilizados para pagamento do plano de saúde; e, caso contrário, têm tratamento idêntico ao do VGBL. O projeto pretende ainda estimular o empregador a contribuir total ou parcialmente para o custeio desses seguros ao fixar que tais contribuições não integrarão a remuneração dos empregados e dirigentes para efeitos trabalhistas, previdenciários e de contribuição sindical nem a base de cálculo para as contribuições do FGTS. A matéria segue para exame do Senado Federal.

ARRECADAÇÃO

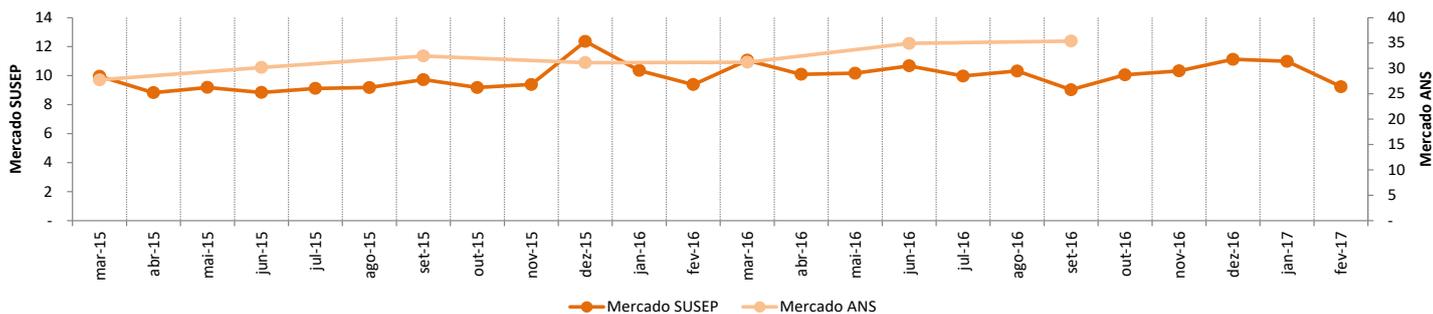
R\$ bilhões



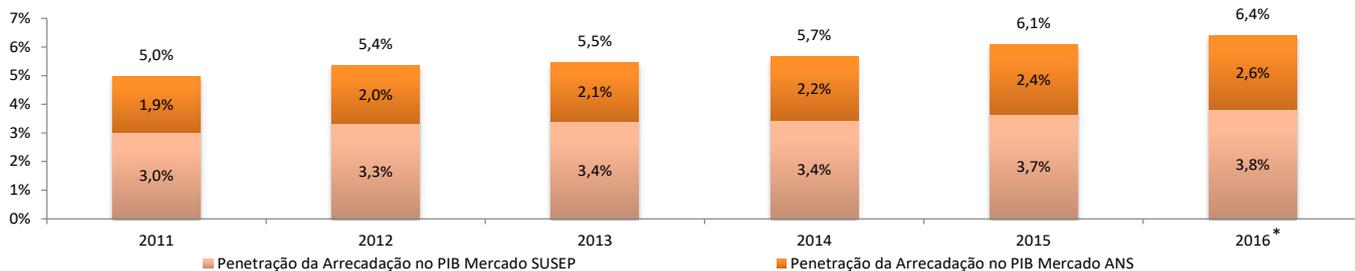
DESEMPENHO DO MERCADO

SINISTROS, INDENIZAÇÕES, SORTEIOS, RESGATES E BENEFÍCIOS

R\$ bilhões



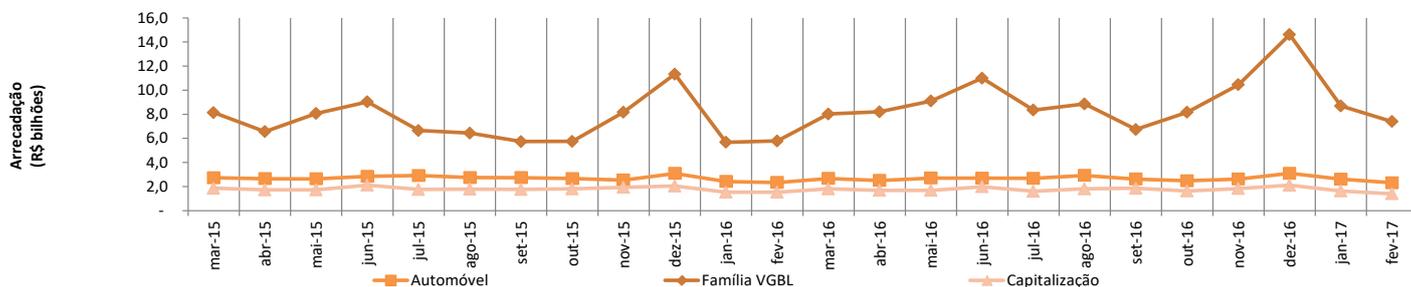
PENETRAÇÃO DA ARRECAÇÃO NO PIB



* Valor projetado para ANS

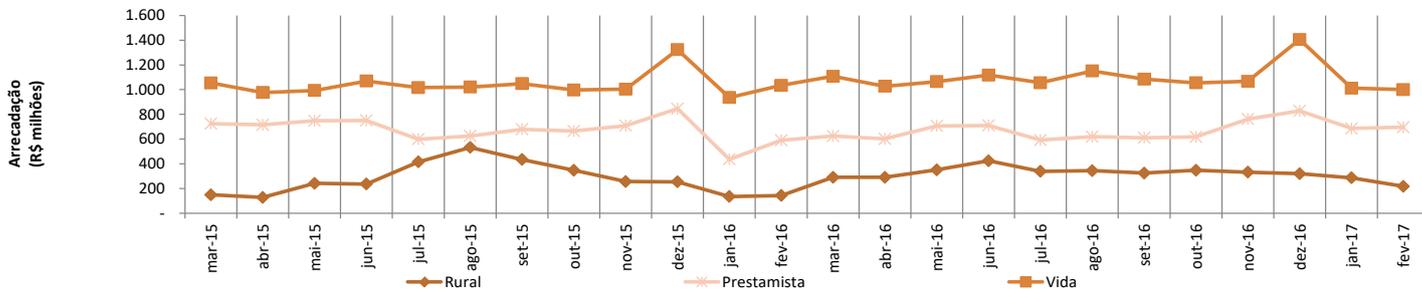
DESTAQUE: AUTOMÓVEL, FAMÍLIA VGBL E CAPITALIZAÇÃO

R\$ bilhões



DESTAQUE: RURAL, PRESTAMISTA E VIDA

R\$ bilhões



Fonte: Superintendência de Estudos e Projetos (SUESP) da CNseg

Acesse. Ouça.
Compartilhe. Curta.

RádioCNseg
radio.cnseg.org.br

